

## Nota Introdutória

### “Uma outra forma de ‘olhar’ e pensar a deficiência”

Isabel Sanches

Nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, as pessoas com deficiência são todas as que apresentam incapacidades prolongadas de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem impedir a sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com os demais cidadãos.

Um em cada seis cidadãos da União Europeia (EU) encontra-se em situação de deficiência, mais ou menos profunda, o que representa cerca de 80 milhões de pessoas<sup>1</sup> que todos os dias se confronta com barreiras físicas e/ou comportamentais que as impede de participar plenamente na sociedade<sup>2</sup>. A situação de deficiência agrava a taxa de pobreza (70% superior à média)<sup>3</sup>, devido a limitações na acessibilidade, participação, igualdade de oportunidades, acesso ao emprego, educação e formação, proteção social e saúde.

Para além da deficiência, assistimos a um impacto cumulativo de motivos que são também eles objeto de discriminação, tais como a nacionalidade, a idade, a raça ou etnia, o sexo, a religião ou crença e a orientação sexual, o que espartilha a sociedade e limita oportunidades de acesso e de sucesso.

Segundo a “Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras”, a plena participação das pessoas com deficiência na economia e na sociedade é vital para que a estratégia da União Europeia (EU) «Europa 2020» consiga gerar um crescimento

inteligente, sustentável e inclusivo. Para tal coloca a tónica na eliminação das barreiras que se colocam às pessoas com deficiência, identificando oito grandes áreas de ação: acessibilidade, participação, igualdade, emprego, educação e formação, proteção social, saúde e ação externa.

A Carta dos Direitos Fundamentais da EU, no artigo 26.º estabelece que “A União reconhece e respeita o direito das pessoas com deficiência a beneficiarem de medidas destinadas a assegurar a sua autonomia, a sua integração social e profissional e a sua participação na vida da comunidade”, sendo que o artigo 21.º proíbe qualquer discriminação em razão de deficiência, considerando, ainda, no artigo 1.º que «A dignidade do ser humano é inviolável. Deve ser respeitada e protegida.».

É importante a abordagem global das problemáticas sociais e educativas porque ajudam a despertar consciências e a fundamentar e impulsionar a ação, ação essa que passa por cada um de nós, no seu quotidiano, no lugar e na atividade que desenvolve.

O pensar nas pessoas em situação de deficiência, e com elas, faz-nos pensar de uma forma mais globalizante na sociedade que temos e na sociedade que queremos, para todos e para cada um de nós.

O Dossiê subordinado ao título “Uma outra forma de ‘olhar’ e pensar a deficiência”, organizado por Isabel Sanches (Universidade Lusófona, Lisboa-Portugal) e Charles Gardou (Universidade Lumière, Lyon2 - France), decorreu de uma *call* lançada em 2015, concretizando-se em 2016, com a publicação dos artigos selecionados.

O Dossiê é composto por seis artigos originais, os quais problematizam diferentes abordagens da deficiência, em termos individuais, escolares e sociais.

O primeiro artigo “O tempo dos saberes”, de Charles Gardou, com tradução do original francês de Isabel Sanches, convida-nos a fazer uma reflexão séria sobre o contributo que a ciência/a investigação tem trazido ao conhecimento da deficiência, convidando-nos a “pensar definitivamente o impensado que constitui ainda a deficiência e [a] desenvolver uma reflexão original, tendo como princípio a recusa de reduzir os problemas que lhe estão ligados a uma classe de questões específicas”. O Século das Luzes não fez luz na compreensão da complexidade que encerra a problemática da deficiência, dado que “continua a ver-se o extraordinário onde não há senão ordinário e, de seguida, a dicotomizar a espécie humana”.

O segundo artigo “Qualidade inclusiva da escola. Representações da comunidade educativa de uma escola frequentada por um aluno com Síndrome de Asperger.”, de Ana Carita e Cristiana Carvalho contempla-nos com uma investigação numa escola pública, problematizando as questões da inclusão escolar, à volta do Síndrome de Asperger, equacionando o que os atores escolares pensam e fazem quando se defrontam com esta problemática, concluindo que “apesar da atitude e de algumas práticas inclusivas da escola, a intervenção profissional não se afigura suficientemente robusta no seu planeamento e ação”. Segundo as autoras é urgente apostar “no planeamento da capacitação social dos alunos com SA, da educação cidadã de todos os alunos e da formação dos profissionais”.

O terceiro artigo “La vie amoureuse et sexuelle des personnes en situation de handicap: entendre et comprendre pour transformer», de Jennifer Fournier, ajuda-nos a perceber “os facilitadores e os obstáculos no processo de acesso a uma vida íntima, amorosa e sexual” das pessoas com deficiência e, ainda, que os cuidadores, aqueles com os quais elas atuam cotidianamente, não facilitam ou criam oportunidades para que momentos de maior intimidade possam acontecer na vida das pessoas de quem eles cuidam.

O quarto artigo, focalizado no “‘Olhar’ e pensar o ensino para alunos com deficiência: os saberes produzidos em contexto colaborativo”, de Ana Paula de Freitas e Maria Inês Bacelar Monteiro, traz-nos a reflexão sobre o trabalho de parceria desenvolvido em perspetiva colaborativa, numa escola pública, do interior do Estado de São Paulo, Brasil, tendo identificado “indícios do processo de transformação das concessões e práticas docentes em relação ao ensino de alunos em condição de deficiência”.

O quinto artigo “Um olhar sobre a inclusão educativa: conceções dos professores do ensino secundário”, de Gilda Costa e Isabel Sanches, procurou compreender as interrogações e desafios que a nova legislação sobre a obrigatoriedade de frequência de alunos com necessidades educativas especiais, do Ensino Secundário, suscita nos docentes deste nível de ensino. Ficámos a saber que “os professores têm um discurso inclusivo com algumas incongruências, no que diz respeito ao que defendem e ao papel fulcral que desempenham para o sucesso da inclusão”.

O sexto artigo “O Impacto do Emprego na Qualidade de Vida das Pessoas com Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental”, de Cristina Simões e Sofia Santos, procurou compreender as relações entre emprego e qualidade de vida, tendo

concluído, depois de um exaustivo estudo estatístico que “o emprego influencia positivamente a qualidade de vida das pessoas” que integraram esta pesquisa.

Ao finalizar este dossiê, agradecemos a todos os que direta ou indiretamente colaboraram nele, através do envio dos artigos, pedindo desculpa aos que não foram selecionados, por motivos muito diferentes, entre os quais se destacam as normas editoriais da revista e a exigência de qualidade da mesma. Agradecer também a todos os colegas que disponibilizaram o seu tempo e o seu saber, para analisar, comentar e selecionar, dentro da área em que são *experts*, os melhores, o que pode contribuir para que a Revista mantenha, quiçá aumente o estatuto que já aufere, no panorama das revistas científicas nacionais e internacionais.

#### Notas

- <sup>1</sup> Inquérito Europeu às Forças de Trabalho - módulo *ad hoc* sobre emprego das pessoas com deficiência, 2002.
- <sup>2</sup> O envelhecimento da população na União Europeia vem agravar este panorama.
- <sup>3</sup> Estatísticas do rendimento e das condições de vida na UE (*EU-SILC*), 2004.

#### Referência Bibliográfica

Comissão Europeia (2010). *Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité económico e social europeu e ao Comité das regiões*. Bruxelas.